CONTRATO N.º 103/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0105/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 046/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE MILTON BRANDÃO, ESTADO DO PIAUÍ, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA RANILSON VIANA BARBOSA ESCULTURAS E MONUMENTOS LTDA CNPJ Nº 38.309.864/0001-62, NA FORMA ABAIXO ESPECIFICADA.

Aos dias vinte e quatro do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Milton Brandão, Estado do Piauí, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MILTON BRANDÃO**, Pessoa Jurídica do Direito Público Interno, com sede na Rua José Martins, n° 643, CEP 64.253-000 – Centro – CNPJ N° 01.612.590/0001 – 76 Milton Brandão (PI), neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **FRANCISCO EVANGELISTA RESENDE**, doravante denominada de **CONTRATANTE e** de outro lado, a empresa **RANILSON VIANA BARBOSA ESCULTURAS E MONUMENTOS LTDA CNPJ Nº 38.309.864/0001-62 – situado a Rua São Francisco, 620, CEP 56.308-060, Petrolina-PE**, Neste ato representado por seu socio administrador Sr. **RANILSON VIANA BARBOSA,** brasileiro, solteiro, escultor, CPF nº 065.323.184-93, Identidade nº 1304969797 SSP-BA, residente e domiciliado a rua Ricardo Soares Coelho, 6, Apt 504 Vita Plaza, Petrolina - PE, CEP 56308-100, doravante chamada de **CONTRATADA**; tendo em vista a ratificação, pelo Prefeito Municipal de Milton Brandão – PI, da **Inexigibilidade de Licitação**, conforme despacho do citado gestor exarado no Processo Administrativo, e o que o mais consta em todo o processo administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição em conformidade com as normas da Lei nº. 14.133/21, com as alterações nela introduzidas até a presente data, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente contratação direta de artista plástico especializado para criação, execução e instalação do monumento “Cristo Redentor de Milton Brandão”, confeccionado em fibra de vidro e estrutura metálica, com 7 metros de altura, incluindo base de concreto de 2 metros, totalizando 9 metros de altura, pintura artística e certificado de autenticidade, a ser instalado no Mirante da Serra do Cruzeiro – Milton Brandão/PI, envolvendo, inclusive, mas não exclusivamente:

1.1. criação, execução, transporte, montagem e instalação do monumento escultórico “Cristo Redentor de Milton Brandão”,

confeccionado em **fibra de vidro e estrutura metálica galvanizada**, com 7 (sete metros) **de altura** e aproximadamente **4,8 (quatro metros e oitenta centímetros) de envergadura**, a ser instalado no **Mirante da Serra do Cruzeiro**, ponto turístico e paisagístico do Município de **Milton Brandão – PI**.

1.2. A **construção da base de sustentação em concreto armado com 2 (dois metros) de altura**, bem como a **emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, pintura artística, acabamento final e certificado de autenticidade da obra.

1.3. O monumento, de autoria original e estilo artístico exclusivo, tem como objetivo **representar o símbolo de fé, religiosidade e acolhimento da população miltonbrandense**, além de promover o **desenvolvimento turístico e cultural** do Município, transformando o Mirante da Serra do Cruzeiro em **referência regional de arte sacra e turismo religioso**.

1.4. A execução compreenderá todas as etapas técnicas e operacionais necessárias, desde a **modelagem escultórica, fundição e acabamento**, até o **transporte seguro e instalação definitiva da escultura**, garantindo **qualidade estética, durabilidade e integração ambiental** com o entorno natural.

1.5. Executar o serviço, em conformidade com as especificações descritas na sua proposta e em conformidade com o Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações, ficando, nesta hipótese, obrigado a refazê-lo e a fornecer todo o material gasto, sem nenhum custo adicional para o Município;

1.6. Garantir o cumprimento do contrato;

1.7. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, impostos, taxas e demais despesas incidentes sobre a prestação do serviço contratado;

1.8. Executar o serviço, observando a melhor técnica aplicável a trabalhos dessa natureza;

1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados, em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como os danos causados a terceiros no desempenho dos serviços, na forma da lei;

1.10. Na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, no desempenho de funções, no decorrer da prestação dos serviços, a responsabilidade será única e exclusivamente da contratada;

1.11. Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que por ventura auxiliarem na prestação do serviço;

1.12. Responsabilizar-se pelo transporte, diária, hospedagem e alimentação de seus funcionários, assim como pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

1.13. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas;

1.14. Executar serviço de boa qualidade e com precisão de resultados;

1.15. Garantir a execução dos serviços com pontualidade, na forma estabelecida neste instrumento;

1.16. Responder por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham a ser causados à CONTRATANTE ou a terceiros, durante a prestação do serviço, inclusive pelos atos praticados pelo seu funcionário, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Prefeitura Municipal, podendo esta, no entanto, reter quantias e pagamentos para o fim de garantir o referido ressarcimento.

1.17. Garantir o atendimento dos requisitos do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência deste processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2. O contratado estará obrigado a prover de todos os meios necessários a garantia da plena operacionalidade dos serviços ora prestados junto a Prefeitura Municipal de Milton Brandão **-** Piauí, na prestação dos serviços solicitados.

2.1. A CONTRATADA obriga-se a:

2.1.1. Executar integralmente o objeto do contrato, compreendendo a criação, modelagem, confecção, transporte, montagem e instalação do Monumento “Cristo Redentor de Milton Brandão”, conforme as especificações técnicas, dimensões, materiais e prazos estabelecidos no Termo de Referência, Projeto Técnico e demais anexos contratuais;

2.1.2. Utilizar materiais de primeira qualidade, compatíveis com o padrão técnico descrito, incluindo fibra de vidro, estrutura metálica galvanizada, resina poliéster, EPS e pintura automotiva PU, garantindo resistência e durabilidade da escultura e da base de concreto armado;

2.1.3. Executar a base de sustentação em concreto armado, com aproximadamente 2 (dois metros) de altura, dimensões e resistência adequadas à sustentação da escultura, conforme o projeto estrutural aprovado pela fiscalização municipal;

2.1.4. Elaborar e apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional habilitado no CREA/CAU, tanto para a parte artística quanto para a parte estrutural da obra;

2.1.5. Garantir a originalidade e autenticidade artística da obra, sendo de sua autoria exclusiva a concepção estética, a modelagem e a execução da escultura, vedada a reprodução por terceiros sem autorização expressa;

2.1.6. Zelar pela segurança técnica, integridade física e estabilidade estrutural da escultura, observando normas de engenharia, ergonomia e segurança do trabalho durante todas as fases de execução e instalação;

2.1.7. Providenciar todos os equipamentos, ferramentas, moldes, maquinários e materiais necessários, sem ônus adicional à contratante, assumindo

integral responsabilidade pela logística de transporte, montagem e instalação da escultura no Mirante da Serra do Cruzeiro;

2.1.8. Executar o transporte da escultura do ateliê de origem até o local de instalação, incluindo içamento, deslocamento em terreno acidentado e fixação definitiva na base, arcando com todos os custos de transporte, seguro e mão de obra especializada;

2.1.9. Observar o cronograma físico-financeiro e o prazo de execução contratual, realizando as etapas de confecção, transporte e montagem dentro dos prazos previamente definidos;

2.1.10. Permitir e facilitar o acompanhamento da fiscalização municipal, fornecendo acesso irrestrito às etapas de execução, inclusive durante a confecção da obra em seu ateliê, sempre que solicitado;

2.1.11. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do contrato, não cabendo à Contratante qualquer responsabilidade subsidiária;

2.1.12. Reparar, por sua conta, quaisquer danos que venham a ocorrer na escultura, na base ou no entorno do local de instalação, decorrentes de má execução, transporte inadequado ou uso de materiais defeituosos;

2.1.13. Garantir a qualidade técnica e estética do monumento, comprometendo-se a corrigir imperfeições de acabamento, pintura, estrutura ou nivelamento que venham a ser identificadas na vistoria de recebimento provisório;

2.1.14. Emitir certificado de autenticidade da obra, devidamente assinado pelo artista autor, atestando sua originalidade e autoria exclusiva;

2.1.15. Cumprir todas as normas de segurança e meio ambiente, adotando medidas preventivas para evitar danos ambientais durante o transporte e instalação da escultura no Mirante da Serra do Cruzeiro;

2.1.16. Manter sigilo e confidencialidade sobre informações técnicas e administrativas relativas à execução do contrato, não podendo utilizá-las para fins diversos sem autorização expressa da Contratante;

2.1.17. Assumir total responsabilidade civil e técnica pela obra até o recebimento definitivo, inclusive quanto à estabilidade, integridade e durabilidade dos materiais empregados;

2.1.18. Prestar assistência técnica durante o período de garantia contratual, realizando reparos ou correções sem ônus para a Administração, caso sejam constatadas falhas de execução ou defeitos de material.

2.1.19. Efetuar execução dos serviços em perfeitas condições, pelo prazo de vigência do contrato, em estrita observância das especificações deste Instrumento Contratual, Termo de Referência e da proposta da contratada, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, descrição do serviço.

2.1.20. Responsabilizar-se pelos erros e danos decorrentes de falha na prestação dos serviços.

2.1.21. O dever previsto no sub-item anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, às suas expensas, no prazo

máximo de 24 h (vinte e quatro horas), os problemas e as consequências destes, decorrente da falha na prestação dos serviços.

2.1.22. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

2.1.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade exigidas pela Lei 14.133/21.

2.1.24. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou neste contrato.

2.1.25. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

2.1.26. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante.

2.1.27. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando à contratante o direito de glosar o pagamento caso não satisfaça aos padrões especificados, até a correta execução.

2.1.28. Quando for o caso, comunicar imediatamente à contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias.

2.1.29. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução dos serviços, seja por falha técnica ou por ação ou omissão de seus prepostos.

2.2. A CONTRATANTE obriga-se a:

2.2.1. Fornecer todas as informações e documentos necessários à execução da obra, incluindo os locais de instalação, delimitação de área, referências técnicas e autorizações administrativas indispensáveis;

2.2.2. Garantir o acesso e as condições adequadas de trabalho no local da instalação da escultura (Mirante da Serra do Cruzeiro), providenciando, quando necessário, o nivelamento do terreno, segurança do espaço e suporte logístico para as etapas de montagem;

2.2.3. Designar formalmente um Fiscal do Contrato, servidor público efetivo ou comissionado, com competência técnica para acompanhar, supervisionar e atestar as etapas da execução, conforme dispõe o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da obra, verificando a conformidade com as especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e padrões de qualidade previstos no Termo de Referência e no Projeto Técnico;

2.2.5. Atestar a conformidade e qualidade da execução, emitindo o recebimento provisório e definitivo da obra nos prazos estabelecidos, de acordo com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.6. Efetuar o pagamento à Contratada dentro do prazo estabelecido contratualmente, após o devido atesto da execução pela fiscalização, observadas as normas de liquidação de despesa pública (arts. 63 e 64 da Lei nº 4.320/64);

2.2.7. Providenciar a dotação orçamentária e empenho da despesa, garantindo a existência de recursos financeiros suficientes e compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual;

2.2.8. Comunicar oficialmente qualquer irregularidade, atraso ou não conformidade observada na execução contratual, possibilitando a adoção das medidas corretivas previstas em contrato;

2.2.9. Não interferir na concepção artística da obra, preservando a liberdade criativa e o estilo autoral do artista, salvo para adequações técnicas de segurança e compatibilidade estrutural;

2.2.10. Facilitar o trabalho da Contratada, permitindo acesso de veículos, equipamentos e profissionais ao local de instalação da escultura, inclusive mediante apoio da Secretaria de Obras e do setor de transporte municipal, quando necessário;

2.2.11. Adotar medidas de segurança pública durante o transporte e instalação da escultura, evitando riscos a terceiros e garantindo a integridade do patrimônio público e da equipe de execução;

2.2.12. Cumprir integralmente as obrigações administrativas e financeiras assumidas, inclusive o pagamento dentro do prazo e a publicação do extrato da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em atendimento ao art. 94 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.13. Providenciar a assinatura e ratificação do contrato pela autoridade competente, conforme o disposto no art. 75, §7º, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.14. Promover ampla publicidade e transparência dos atos administrativos relacionados à execução do contrato, garantindo o acesso público às informações sobre o projeto, sua execução e seus custos;

2.2.15. Zelar pela integridade do patrimônio artístico e cultural do Município, comprometendo-se a conservar e manter o monumento após a entrega definitiva, como bem público de caráter permanente e de valor histórico, cultural e religioso.

2.2.16. Promover o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas estabelecidas neste;

2.2.17. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da prestação dos serviços ou quando do funcionamento irregular para a imediata adoção das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos;

2.2.18. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Contrato;

2.2.19. Atestar as notas fiscais/faturas desde que cumpram os requisitos indicados no Contrato;

2.2.20. Quando da observância de qualquer incongruência, notificar imediatamente a CONTRATADA para que promova as adequações necessárias à consecução do pagamento;

2.2.21. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, defeitos, mau funcionamento e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no Contrato, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado;

2.2.22. Permitir a entrada dos funcionários da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, garantindo o pleno acesso às dependências das unidades administrativas, bem como fornecendo todos os meios necessários à execução dos serviços;

2.2.23. Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;

2.2.24. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA;

2.2.25. Dirimir, por intermédio do fiscal do Contrato, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços;

2.2.26. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de funcionário especialmente designado.

2.2.27. Efetuar o pagamento à contratada mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor responsável, por meio de crédito em conta corrente bancária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO CONTRATO

3. O presente contrato estará vigente por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4. Em razão dos serviços descritos na CLAÚSULA PRIMEIRA, serão pagos ao CONTRATADO O valor de total de **R$ 497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete mil reais).**

4.1. No preço estipulado nesta cláusula já se encontram computados todos os custos com materiais, mão-de-obra, impostos, taxas, e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto da contratação em foco.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO – PRAZO TOTAL: 90 DIAS

Etapa	Descrição das Atividades	Prazo Estimado (dias corridos)	Percentual do Valor Global	Valor (R$)	Forma de Verificação / Atesto
1ª Parcela	Início da execução e modelagem da escultura • Confecção da estrutura metálica interna.	Até o 20º dia	20%	R$ 99.400,00	Atesto da fiscalização mediante relatório técnico e registro fotográfico.

Etapa	Descrição das Atividades	Prazo Estimado (dias corridos)	Percentual do Valor Global	Valor (R$)	Forma de Verificação / Atesto
	• Início da modelagem artística em fibra e resina. • Apresentação da ART e do modelo preliminar em escala reduzida.				
2ª Parcela	Avanço da confecção e acabamento da escultura • Aplicação das camadas estruturais em fibra de vidro. • Escultura em estágio avançado de acabamento e pintura base.	Até o 40º dia	25%	R$ 124.250,00	Atesto técnico mediante relatório parcial e inspeção em ateliê.
3ª Parcela	Construção da base de concreto armado e preparação de instalação • Execução da base com 2 metros de altura. • Transporte da estrutura ao Mirante da Serra do Cruzeiro.	Até o 60º dia	30%	R$ 149.100,00	Atesto de execução da base e relatório de transporte emitido pela fiscalização.
4ª Parcela	Montagem, fixação e pintura final da escultura • Instalação definitiva sobre a base. • Fixação metálica e acabamento artístico final.	Até o 80º dia	20%	R$ 99.400,00	Atesto da fiscalização mediante vistoria in loco e termo de recebimento provisório.
5ª Parcela (Final)	Entrega definitiva e certificação da obra • Emissão do certificado de autenticidade da obra. • Vistoria final e recebimento definitivo. • Entrega de relatório técnico final.	Até o 90º dia	5%	R$ 24.850,00	Atesto definitivo e emissão do termo de recebimento final pela fiscalização.

Condições Gerais:

1. Os pagamentos ocorrerão somente após o atesto da fiscalização municipal, acompanhado de relatório técnico e fotográfico.
2. Cada parcela dependerá da comprovação da conclusão integral da etapa correspondente.
3. Eventuais atrasos devidamente justificados poderão ensejar prorrogação de prazo contratual mediante termo aditivo, conforme o art. 124, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
4. O pagamento final somente será efetuado após o recebimento definitivo e a emissão do certificado de autenticidade artística pelo autor da obra.
5. A execução financeira obedecerá à ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei nº 14.133/2021) e às regras de liquidação de despesa da Lei nº 4.320/64.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5. O valor deste Contrato poderá ser reajustado ou atualização monetária mediante os requisitos legais.

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

6. O pagamento será efetuado através de Ordem de Pagamento, na conta da empresa contratada, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada por quem de direito, uma vez concluído o processo legalmente adotado pelo CONTRATANTE.

6.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao mês da prestação dos serviços, após o "ateste" da satisfatória execução dos serviços.

6.2. O pagamento será feito em moeda corrente, por meio de ordem bancária.

6.3. Antes da apresentação e da aceitação da nota fiscal, de atestada a conformidade da execução dos serviços pelo setor competente da contratante.

6.4. Enquanto houver pendência relativa à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência, à apresentação de documentação exigida em disposição do ato convocatório, legal ou regulamentar, à regularidade fiscal.

6.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a contratada não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

6.6. A Entidade poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de regularidade, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

CLÁUSULA SETIMA - DO FISCAL DO CONTRATO

7. O responsável pela fiscalização será o servidor indicado pela Prefeitura Municipal de Milton Brandão – PI e Secretaria Municipal de Obras de Milton Brandão – PI.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

8. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração Pública já identificado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

8.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da prestadora de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

15. Moratória de 0.5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

16. Moratória de 0.5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas,

conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

17. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10 % a 15 % do valor do Contrato.
18. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15 % a 20 % do valor do Contrato.
19. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10 % a 40 % do valor do Contrato.
20. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0.5% a 10 % do valor do Contrato.
21. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0.5% a 10 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

9.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

A) a natureza e a gravidade da infração cometida;
B) as peculiaridades do caso concreto;
C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
D) os danos que dela provierem para o Contratante;
E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RECISÃO CONTRATUAL

10. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

10.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.9. O contrato poderá ser extinto:

10.9.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

11. Consoante o Artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

12. Os casos omissos e os que se tornarem controversos serão decididos pela **CONTRATANTE**, garantindo-se à **CONTRATADA,** o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13. Para todas as ações que possam advir do presente contrato fica eleito o Foro da cidade de Pedro II - PI, como único competente com renúncia expressa da contratada a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste **CONTRATO.**

E, por estarem, assim, justos e contratados, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente Instrumento, em três vias, de igual teor que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas, maiores e capazes.

Milton Brandão (PI), 24 de outubro de 2025.

_____
FRANCISCO EVANGELISTA RESENDE
Prefeito Municipal
Contratante

_____
RANILSON VIANA BARBOSA
Ranilson Viana Barbosa Esculturas e Monumentos LTDA
CNPJ Nº 38.309.864/0001-62
Contratado

Testemunhas:

Nome _____ CPF N° _____

Nome _____ CPF N° _____

ORDEM DE SERVIÇOS
INEXIGIBILIDADE nº. 046/2025

O MUNICÍPIO DE MILTON BRANDÃO, ESTADO DO PIAUÍ, Pessoa Jurídica do Direito Público Interno, com sede na Rua José Martins, n° 643, CEP 64.253-000 – Centro – CNPJ N° 01.612.590/0001 – 76, Milton Brandão (PI), neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **FRANCISCO EVANGELISTA RESENDE**, doravante denominado **CONTRATANTE,** e do outro lado as empresas empresa **RANILSON VIANA BARBOSA ESCULTURAS E MONUMENTOS LTDA CNPJ Nº 38.309.864/0001-62, situado a Rua São Francisco, 620, CEP 56.308-060, Petrolina-PE**, Neste ato representado por seu socio administrador Sr. **RANILSON VIANA BARBOSA,** brasileiro, solteiro, escultor, CPF nº 065.323.184-93, Identidade nº 1304969797 SSP-BA, residente e domiciliado a rua Ricardo Soares Coelho, 6, Apt 504 Vita Plaza, Petrolina - PE, CEP 56308-100 doravante denominado **CONTRATADOS**.

1. OBJETIVO:

1.1. Constitui objeto da presente contratação direta de artista plástico especializado para criação, execução e instalação do monumento “Cristo Redentor de Milton Brandão”, confeccionado em fibra de vidro e estrutura metálica, com 7 metros de altura, incluindo base de concreto de 2 metros, totalizando 9 metros de altura, pintura artística e certificado de autenticidade, a ser instalado no Mirante da Serra do Cruzeiro – Milton Brandão-PI.

2. DO VALOR

2.1. Pela execução dos serviços objeto do presente contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de **R$ 497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete mil reais).**
2.2. No preço estipulado nesta cláusula já se encontram computados todos os custos com materiais, mão-de-obra, impostos, taxas, e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto da contratação em foco.

2.3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO – PRAZO TOTAL: 90 DIAS

Etapa	Descrição das Atividades	Prazo Estimado (dias corridos)	Percentual do Valor Global	Valor (R$)	Forma de Verificação / Atesto
1ª Parcela	Início da execução e modelagem da escultura • Confecção da estrutura metálica interna. • Início da modelagem artística em fibra e resina. • Apresentação da ART e do modelo preliminar em escala reduzida.	Até o 20º dia	20%	R$ 99.400,00	Atesto da fiscalização mediante relatório técnico e registro fotográfico.
2ª Parcela	Avanço da confecção e acabamento da escultura • Aplicação das camadas estruturais em fibra de vidro. • Escultura em estágio avançado de acabamento e pintura base.	Até o 40º dia	25%	R$ 124.250,00	Atesto técnico mediante relatório parcial e inspeção em ateliê.
3ª Parcela	Construção da base de concreto armado e preparação de instalação • Execução da base com 2	Até o 60º dia	30%	R$ 149.100,00	Atesto de execução da base e relatório de transporte emitido pela fiscalização.